



Polo agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas Gerais: articulação popular e política pública na construção de territórios agroecológicos

Agroecological Pole of the South and Southwest of Minas Gerais: popular articulation and public policy in the construction of agroecological territories

OLIVEIRA, Tatiana Plens¹; SILVA, Uschi Cristina²; TYGEL, Alan Freihof³, BRAGA, João Paulo⁴

¹ Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas, tati.plens@gmail.com; Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas, uschicsilva@gmail.com ²; ³ Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, alan@contraosagrototoxicos.org; ⁴ Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas, pedrabranquense@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: A região do Sul e Sudoeste de Minas Gerais tem na produção do café uma de suas marcas mais conhecidas. O rótulo de maior produtora de café do estado de Minas Gerais esconde um histórico de luta pela terra e conflitos fundiários. Este contexto reuniu, ao longo das últimas décadas, movimentos sociais, cooperativas de produção agrícola, instituições de ensino superior e organizações não governamentais numa articulação política que resultou, em 2021, na criação do Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Neste artigo, além do contexto histórico, descrevemos as principais ações do Polo desde sua criação divididas em três eixos: articulação política, debates públicos e pesquisas acadêmicas. Como resultado da experiência, observamos o fortalecimento do discurso sobre agroecologia na região, e seu potencial para pressionar o governo pela implementação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.

Palavras-Chave: agroecologia, articulação territorial, organização política, reforma agrária

Contexto

A região denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como mesorregião Sul e Sudoeste de Minas e popularmente chamada “Sul de Minas”, abrange 146 municípios com um efetivo populacional de 2.592.054 habitantes (IBGE, 2023) e tem por característica cidades pequenas com presença de produção agropecuária familiar e grandes latifúndios de café. A presença do café na região remonta à segunda metade do século XIX com “a intensificação da utilização de escravos, a marginalização das populações camponesas, a dependência econômica em relação ao Império e sua subserviência a toda poderosa Inglaterra” (PRADO JÚNIOR, 2011 apud BRAGA, 2018, p. 70), momento em que o capitalismo se consolida na região para um mercado que estava se globalizando.

A consolidação do capitalismo agrário nessa mesorregião não excluiu o campesinato, que resistiu ao longo dos séculos, com estratégias de sobrevivência e



reprodução dos seus modos de vida frente ao avanço do agronegócio. Exemplo disso é a organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais em cooperativas familiares de produção de café e as ocupações de terras. Segundo dados do DATA LUTA de 2018, “entre 1996 e 2017 ocorreram 19 ocupações de terra nessa mesorregião, com a participação de 2.279 famílias” (REDE DATALUTA, 2018 apud COCA et al, 2020), sendo o município de Campo do Meio, onde está o Quilombo Campo Grande, local de maior incidência das ocupações. Foram 12 no período, evidenciando a centralidade da luta pela terra para a manutenção do campesinato. É importante ressaltar que, na luta pela terra, nos 3 assentamentos e 11 acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sul de Minas, a Agroecologia é central para o desenvolvimento dos sistemas produtivos, fato que gera, por um lado, o foco na produção de alimentos saudáveis e na sua diversificação, e, por outro, a denúncia do uso de agrotóxicos e do trabalho análogo à escravidão nos latifúndios monocultores.

O histórico de organização social na agricultura da região é rico em iniciativas que buscaram, desde a década de 1980, promover ações de combate a essas e outras situações, e organizar trabalhadoras e trabalhadores do campo em busca de dignidade e de envolvimento com outro modelo de produção. Nesse contexto, da integração de agricultores e agricultoras para a formação de cooperativas e associações e destas com universidades públicas, institutos federais e organizações não governamentais, surge a iniciativa de organizar um espaço onde todas as organizações pudessem se manifestar, articular e fortalecer a Agroecologia na região, realizando ações de denúncia e anúncio e a circulação de outras narrativas que evidenciam a Agroecologia como projeto político necessário para combater as formas arcaicas de reprodução do capitalismo agrário no Sul e Sudoeste de Minas. Com esse intuito e inspirado no processo de criação e implementação da Lei Estadual nº 23.207/2018, que instituiu o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata, essas organizações iniciaram a construção do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, que após um longo processo de diálogo e construção coletiva se transformou, no ano de 2021, em lei.

Descrição da Experiência

A aprovação da lei que instituiu o Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas foi o marco de um processo de articulação política que conquistou, a partir desse momento, uma forma de institucionalização. Uma das primeiras iniciativas do Polo foi a construção de uma carta de princípios (POLO AGROECOLÓGICO E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS, 2021) e a mobilização junto a organizações que se identificassem com estes para que elas comesçassem a integrar o Polo. Foram definidos como princípios do Polo: o desenvolvimento sustentável, o associativismo e cooperativismo, a participação social, a segurança e soberania alimentar, a diversidade, a equidade, a emancipação feminina, a saúde única, a agroecologia e a luta antirracista. O processo de escrita do projeto de lei reuniu organizações com atuação no território em encontros virtuais para discussão, elaboração e revisão do texto da lei. Após mais de um ano dessa construção coletiva, o projeto de lei foi apresentado pela



deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT/MG) e aprovado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, transformando-se na Lei Estadual nº 23.939/2021.

Em meio ao contexto da pandemia da Covid-19, as primeiras ações do Polo aconteceram de forma virtual. Entre elas, estiveram reuniões, oficinas e lives. As reuniões eram momentos de encontro para a criação de estratégias e o diálogo sobre como seria a atuação e a organicidade do Polo após a institucionalização. Nas oficinas e lives eram debatidos temas importantes como a capina química e as políticas públicas para a Agroecologia, com destaque para a Lei do Polo e para as políticas públicas existentes no Sul e Sudoeste de Minas.

Por meio de uma emenda parlamentar destinada ao Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), foi possível elaborar um projeto em 2021 que permitiu a criação de uma Secretaria Operativa com o intuito de dar operacionalidade às ações do Polo e o oferecimento de bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação, num contexto em que o desmonte do ensino público superior estava em curso pelo bloqueio sucessivo de verbas destinadas ao setor. O papel da Secretaria Operativa, neste projeto, consistiu na implementação do Polo e na mobilização de novas organizações a integrarem esse espaço. Já os bolsistas de graduação e pós-graduação, vinculados aos NEAs, desenvolveram pesquisas sobre temas prioritários para as organizações que integram o Polo.

Com o recurso do projeto foi possível realizar o primeiro encontro presencial, em 2022, da Coordenação Ampliada do Polo, composta pela representação de um ou dois membros das 23 organizações integrantes deste naquele momento. A atividade aconteceu no acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio/MG, dando destaque à luta pela terra das 459 famílias acampadas e assentadas, que produzem de forma agroecológica mais de 250 tipos de alimentos e o café orgânico e sustentável Guaiá. Participaram deste momento 35 pessoas, representando movimentos sociais, universidades e institutos federais, ONGs, sindicatos e partidos políticos. Nesta primeira reunião, realizada no contexto da campanha eleitoral de 2022, foi promovido um diálogo sobre políticas públicas e foi apresentada a Carta-Compromisso da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) às candidatas e aos candidatos às eleições de 2022, que listava as principais demandas para o reconhecimento e fortalecimento da Agroecologia pelo Estado brasileiro.

Após esse primeiro período de atividades e por meio de outra emenda parlamentar, foi iniciado um novo projeto, também coordenado pelo IFSULDEMINAS, que permitiu a continuidade das ações da Secretaria Operativa e a contratação de uma pessoa com experiência na área de comunicação para a criação de canais e materiais de divulgação das atividades do Polo. O principal objetivo foi fortalecer as experiências de articulação, dar continuidade ao acolhimento de novas organizações, produzir materiais impressos e realizar ações de divulgação das atividades nas redes sociais e na imprensa regional, e fortalecer a construção do conhecimento agroecológico por meio dos NEAs e das organizações.

Nesse âmbito, foram apoiados pelo Polo, no ano de 2022, eventos como o 10º Encontro de Agroecologia “Fome e mudança climática: a hora de uma revolução agroecológica”, no IFSULDEMINAS - Campus Machado, em parceria com o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO), no qual foram apresentadas as pesquisas realizadas pelos bolsistas e as atividades de mobilização e comunicação; e o 1º Encontro de Agroecologia da Orgânicos Sul de



Minas, com a produção de uma série de vídeos sobre os 10 anos da Orgânicos Sul de Minas em parceria com o NEA Raiz do Campo do IFSULDEMINAS e a organização de uma roda de conversa sobre a história, as ações e desafios do Polo e do movimento agroecológico na região. Outro evento apoiado pelo Polo nesse período foi o Ato Político-Cultural de Reconstrução da Escola Popular de Agroecologia Eduardo Galeano, no Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio/MG, que foi demolida em uma ação de despejo pelo governo do Estado de Minas Gerais no ano de 2020 durante a pandemia e construída novamente por meio da auto-organização popular.

Em 2023, a partir de um entendimento da equipe da Secretaria Operativa sobre a importância de promover ações de formação e diálogo a um público amplo foi iniciado o “Polo em Prosa”, uma série de encontros virtuais realizados mensalmente por meio do canal do Polo¹. A escolha dos temas e das pessoas convidadas é realizada coletivamente pela equipe e é baseada no contexto atual e nas ações e pesquisas desenvolvidas por organizações e instituições no território. Até o momento foram organizadas prosas sobre a morte de abelhas pelo uso de agrotóxicos, o impacto do uso de agrotóxicos na biodiversidade e na saúde humana e os caminhos para a defesa da vida, sobre a situação do trabalho análogo à escravidão na região e sobre a Luta Pela Terra no Sul e Sudoeste de Minas.

No mesmo ano também foi realizado um encontro de planejamento da Coordenação Ampliada para a construção de uma agenda comum de atividades e para a apresentação e a colheita de sugestões para o plano de comunicação do Polo. A abertura desse encontro envolveu uma exposição de fotos e de trechos de textos que contam a história do Polo, mística e uma fala conjuntural mobilizada pela questão “*Como o Polo pode ser um sujeito político no Sul e Sudoeste de Minas?*”. Neste encontro foram pactuados dois temas prioritários para as ações do Polo que demandam articulação coletiva e a promoção de atividades conjuntas de formação, mobilização e comunicação: a morte de abelhas pelo uso de agrotóxicos e o trabalho análogo à escravidão. Para trabalhar esses temas foram criados, então, dois Grupos de Trabalho compostos por representantes de diferentes organizações e instituições que integram o Polo.

O impacto do uso de agrotóxicos nas abelhas foi um tema trazido para o diálogo dentro do Polo Agroecológico após a circulação da notícia do caso de um apicultor da cidade de Jacuí, no sudoeste mineiro, que ganhou notoriedade pela divulgação de um laudo que comprovou a presença de níveis elevados de agrotóxicos em amostras de abelhas mortas encontradas em seu apiário. A primeira ação desse Grupo de Trabalho foi a organização de um Polo em Prosa sobre o tema com a participação de apicultores e de uma pesquisadora e, posteriormente, um segundo encontro virtual, desta vez ampliando o tema para dialogar sobre como o uso de agrotóxicos afeta a vida de outros seres e oferecer orientações jurídicas sobre como realizar a denúncia. Outra ação realizada foi a participação de integrantes do Polo no *1º Workshop de Apicultura e Meliponicultura em Defesa das Abelhas* na cidade de Jacuí/MG, organizado pelo movimento de apicultores Defendendo Irá. Dentro desse eixo temático, o Polo Agroecológico também participou de uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre a mortandade de abelhas

¹ <https://www.youtube.com/@poloagroecologicosulosud1050/>



em virtude da aplicação de agrotóxicos e os seus danos ambientais e econômicos, promovida por meio de requerimento do Deputado Estadual Leleco Pimentel (PT-MG), no mês de junho de 2023.

Durante o primeiro semestre de 2023, o Polo Agroecológico também esteve envolvido na organização da 10ª edição da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) no Sul de Minas Gerais, realizada em diferentes unidades do IFSULDEMINAS e da UNIFAL-MG. A principal contribuição da Secretaria Operativa do Polo para a jornada foi a produção de uma divulgação integrada das atividades para envio às assessorias de comunicação das instituições de ensino e a veículos de imprensa da região. O apoio na comunicação de ações promovidas pelas instituições de ensino e organizações dentro da temática da Agroecologia tem sido uma das principais atividades da Secretaria Operativa e tem contribuído para dar uma visibilidade maior ao tema e às articulações existentes no território, bem como para o cuidado da memória das atividades do Polo e das organizações que o compõem. Dentro da programação da JURA e de forma integrada com o Polo em Prosa, foi realizada uma mesa redonda sobre a situação do trabalho análogo à escravidão na região Sul de Minas Gerais, que marcou o início das ações conjuntas de formação, mobilização e comunicação do GT sobre o Trabalho Análogo à Escravidão.

Resultados

Nesses dois anos de existência, o Polo concentrou as suas ações em 3 eixos principais: articulação política e fortalecimento das ações já existentes no território; realização de debates e ações de divulgação sobre temas prioritários para as organizações; e pesquisa acadêmica. As ações dos dois primeiros eixos têm contribuído para dar visibilidade, ampliar e fortalecer o movimento agroecológico na região e para consolidar uma rede de movimentos, organizações e instituições públicas envolvidas na construção da Agroecologia como projeto de desenvolvimento para o território do Sul e Sudoeste de Minas. Já as pesquisas acadêmicas desenvolvidas por bolsistas de graduação e pós-graduação têm possibilitado o levantamento de informações e a sistematização da história da luta pela terra e da organização social para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica na região.

Além desses resultados, as ações e pesquisas desenvolvidas no âmbito do Polo também têm possibilitado a compreensão dos desafios e caminhos para o desenvolvimento da Agroecologia no território. Entre eles, está a implementação de políticas públicas já existentes no Estado de Minas Gerais destinadas ao fortalecimento das práticas agroecológicas e orgânicas baseadas no uso e na conservação da agrobiodiversidade, à redução de forma gradual e contínua da disponibilidade, acesso e uso dos agrotóxicos no Estado, como a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), instituída pela Lei Estadual nº 21.146/2014, e o Grupo Executivo Permanente da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica no Estado (GEP), criado pelo Decreto Estadual nº 47223/2017, com previsão orçamentária e participação popular.



O diálogo entre as organizações envolvidas no combate ao trabalho análogo à escravidão na região, dentro do Polo, também tem indicado a necessidade da implementação de políticas públicas nos municípios de origem dos trabalhadores e trabalhadoras resgatados, que promovam a geração de emprego e renda, educação de qualidade e investimento na agricultura familiar, e possibilitem a saída dessas pessoas da situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Esses resultados e desafios apontam a importância da continuidade e ampliação da articulação política do movimento agroecológico dentro e fora do território, e indicam o Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas como uma ferramenta política consolidada e referência na construção de narrativas que deem visibilidade aos processos em curso e inúmeras experiências na região, seja a luta contra o avanço do agronegócio e da mineração nos territórios, seja o anúncio da agroecologia como projeto político territorial para a mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas.

Referências bibliográficas

BRAGA, J. P. **Fazer sabendo e saber fazendo:** agricultoras e agricultores da Orgânicos Sul de Minas e a construção cotidiana da certificação participativa na transição agroecológica. Dissertação de Mestrado - UFLA. Lavras, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/handle/1/34820>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

COCA, E. L. de F. et al. Agroecologia e territorialidades camponesas em Campo do Meio - MG. **Campo-Território**, v. 14, n. 34, p. 168-186, dez. 2019. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/50740/28695>>. Acesso em: 07 jul. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4709>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

POLO AGROECOLÓGICO E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS. **Carta de Princípios**. Poços de Caldas, 2021.

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qH_1sNubOjvSyjag8O8F4UVhsSA_RbR8/view>. Acesso em: 08 jul. 2023.